



ATA - SEDES/GAB/CONSEA

Ata da 3ª Reunião Plenária Extraordinária Ampliada do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - biênio 2023/2025 realizada em 04 de novembro de 2024, de forma presencial, na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES).

PAUTA PROPOSTA:

Tema: Políticas de agricultura familiar no Distrito Federal e sua relação com a Segurança Alimentar e Nutricional

14h - 14h10: Abertura da Reunião e Boas Vindas

- Albaneide Pexinho - Presidente do Consea/DF
- Jackeline Canhedo - Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social

14h10 - 15h50: Desafios e oportunidades para a agricultura familiar no Distrito Federal

- Moderação: Albaneide Pexinho, Presidente do Consea/DF
- Rafael Bueno - Secretário de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - Políticas de Abastecimento Alimentar no Distrito Federal e a integração entre produtores familiares e redes de distribuição de alimentos no DF e seus desafios.
- Juliene Santos - Diretora de Alimentação Escolar/Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - Aquisição de orgânicos para alimentação escolar.
- Daniel Oliveira - Gerente do Escritório Especializado em Agricultura Orgânica e Agroecologia/Emater - Contexto da produção de produtos orgânicos no Distrito Federal.
- Anaildo Porfírio - Presidente ASTRAF Chapadinha - Desafios no acesso às políticas da agricultura familiar no Distrito Federal.
- Abílio Vinícius Barbosa Pereira - Representante da WWF – Plano Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica (Pladapo) do ponto de vista da sociedade civil.

15h50 - 16h20 : Debate

16h20 - 17h: Programa Cozinhas Solidárias

- Karla Lisboa - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) - Cozinhas Solidárias.

17h - 17h30 - Debate

17h30 - Encerramento e Coffee Break

OBS: O senhor Anaildo, Presidente ASTRAF Chapadinha, teve um imprevisto familiar e não compareceu à reunião plenária.

Participantes:

Conselheiros da Sociedade Civil:

Entidade	Conselheiro	Titular/Suplente
ASSOCIAÇÃO DOS CELÍACOS DO BRASIL (ACELBRA)	Elidia Inês Bastos de Almeida	Titular
AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA	Eduardo Loureiro Kegles Torres	Titular
ASSOCIAÇÃO POSITIVA DE BRASÍLIA (APB)	Kamilla Gracye Souza Costa	Suplente
ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	Albaneide Peixinho	Presidente do Consea/DF e suplente
CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS (CRN) 1ª REGIÃO	Aline Cristino Figueiredo	Titular
OBRA DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E A SOCIEDADE - OASIS	Adma da Silva de Jesus	Titular
OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (OPSAN/UNB)	Beatriz Oliveira Blackman Machado	Titular
Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF - SINDSASC	Igor Chianca Alves	Titular
WWF Brasil	Abílio Vinicius Barbosa Pereira	Titular

Conselheiros do Governo

Secretarias do GDF	Conselheiro	Titular/suplente
CAISAN/DF	Lidiane de Matos Pires	Secretária Executiva
CENTRAL DE ABASTECIMENTO – CEASA	Amir Gomes	Suplente
SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL -SEDES	Vanderléa Fátima Cremonini	Suplente
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-SEE	Juliane de Jesus Santos	Suplente
SECRETARIA DE SAÚDE - SES	Carolina Rebelo Gama	Suplente
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SEMA	Rachel Sigmaringa	Suplente
SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA - SEJUS	João Carlos Barreira	Suplente
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI	Rafael Borges Bueno	Titular
CAESB	Maxwell S de Sousa Paiva	Suplente
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DF - SLU	Isabelle Novais Oliveira	Suplente

Observadores:

SEAGRI/DF - Tatiane Agostinho e Rodrigo Ferreira Mendes

Estagiárias da Caisan/DF: Maria Clara Nogueira Costa e Carla Bispo Barbosa

Colaboradores:

Cintia de Castro Paula - Secretária Executiva do Consea/DF

Lilian Vaz – Técnico em Assistência Social - Consea/DF

Aos quatro de novembro de 2024, às 14:20h, de forma presencial iniciou-se a 3ª reunião Plenária Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/DF, Biênio 2023/2025.

Para dar boas vindas, a presidente Albaneide saudou todos os membros da sociedade civil e das secretarias

de governo. Falou sobre a importância da pauta proposta “Políticas de agricultura familiar no Distrito Federal e sua relação com a Segurança Alimentar e Nutricional” e que este tema possa ser discutido durante muito tempo enquanto estivermos no Consea/DF. Jackeline Canhedo, Secretária Adjunta da Sedes e representante da Secretária de Estado Ana Paula Marra, agradeceu o convite e falou que a luta da pasta é a mesma. Destacou que o Consea/DF é muito atuante e se colocou à disposição para somar nas ações deste conselho. Em seguida, o Secretário da Seagri, Rafael Bueno tomou a palavra e iniciou os agradecimentos aos presentes da mesa, em especial, Jackeline Canhedo, reforçando a importância da construção coletiva da pauta de Abastecimento Agroalimentar e que juntos possam fazer um Distrito Federal cada vez melhor. Juliene Santos, representante da Secretaria de Estado da Educação, agradeceu o convite para participar neste evento e reforçou que o Programa de Alimentação Escolar tem que estar alinhado com o programa de Abastecimento e Agricultura Familiar. Em seguida, Daniel Oliveira, da EMATER, falou sobre a agricultura familiar e a sua importância com a segurança alimentar (Comida alimenta cultura). Resgatar a valorização dos agricultores de uma agricultura tradicional por meio boas práticas ecológicas e sustentáveis. Para terminar as boas vindas, Vinicius da WWF, falou sobre o desafio de construir agroecologia deste país.

Logo após as falas de boas vindas, a presidente do Consea/DF, Albaneide Peixinho, convidou o Secretário da Seagri para iniciar a programação da plenária com seu discurso sobre: Políticas de Abastecimento Alimentar no Distrito Federal e a integração entre produtores familiares e redes de distribuição de alimentos no DF e seus desafios.

Dialogando sobre abastecimento agroalimentar, o Secretário reforçou a necessidade de pensar uma maneira global em abastecimento agroalimentar. Mencionou que o Distrito Federal tem uma característica muito singular, diferente das outras unidades da federação, que é o fato de se ter aqui uma grande quantidade e qualidade de produtores de orgânicos, isso por si só já nos coloca em um patamar. A agroecologia é outra vertente que tem crescido muito dentro do Distrito Federal. Falou na importância de contextualizar sobre os produtores, que atualmente estão adquirindo seus produtos da agricultura familiar, como por exemplo, rede de lanches de referência no DF que trabalha só com produtos orgânicos e assim estão comprando da agricultura familiar. Na visão do Secretário, isso é importante, pois além de fomentar toda a parte da cadeia agropecuária, nos traz um alimento seguro e nessa parte de alimento seguro é independente do tamanho do produtor. Falou sobre acordo de cooperação para acessar recursos do Fundecon (Fundo de defesa do consumidor) e disse que este recurso será investido na agricultura familiar.

Citou durante a apresentação que uma proposta a ser criada é uma van, um laboratório móvel, que deveria circular em feiras e comércio para inspecionar, operacionalizar e identificar a contaminação dos alimentos. Do programa de desperdício zero, todos os alimentos que passam pela Ceasa, por parte, serão alvo também de especial da nossa equipe, que vai ser volante. Reforçou sobre a importância de fazer um processo de conscientização nesses produtores. Quando a gente pensa pelo lado da saúde humana, quanto menos resíduos de defensivo tivermos presentes nesses alimentos, menos problemas neurológicos vamos ter em nossa população, afirmou o Secretário.

A maioria dos defensivos age na cadeia neurológica dos insetos e é preciso pensar nessa via. Rafael explicou que boa parte da contaminação por defensivos químicos ocorre na agricultura familiar, pois geralmente o grande produtor consegue calibrar melhor a quantidade de defensivos. Dialogou também sobre os programas de compras públicas. Falou sobre ação da Seagri com a Secretaria de Educação R\$ 32 milhões de Reais de reais em chamamento, investidos na agricultura familiar do Distrito Federal. As compras públicas têm ajudado o agricultor familiar.

Durante o seu discurso, o Secretário falou que é necessário orientar o produtor sobre como vender o seu produto; o produtor não sabe vender; ele sabe produzir, disse Rafael. A Secretaria de Agricultura vem desenvolvendo um sistema chamado Observatório Agrícola junto com outros órgãos, um deles a Emater, que é ter preços referenciais, condições climáticas, condições de logística para favorecer esse produtor, seja ele pequeno, médio ou de grande porte.

Dialogou ainda sobre um antigo programa que tinha no governo de Roriz : pão e leite. O programa fomentou muito esse mercado de laticínios. Ele explicou que o governo comprava direto desses produtores e com a saída desse programa, afetou os grandes comerciantes e teve uma piora, uma queda na cadeia de leite da agricultura familiar. O Secretário propõe a discussão das compras públicas terem um fluxo - os programas de compras públicas precisam ter um início, um meio e um fim.

Citou sobre o sucesso dos programas do PAPA DF e do PAA. Discutiu sobre os desafios e as dificuldades da agricultura familiar em colocar produtos de origem animal na merenda escolar, principalmente carnes e laticínios que já são uma realidade, agora será incluído mais um alimento, o mel, que fortalecerá os produtores apícolas e assim aumentar a produção até 30 %.

Na visão do Secretário, é preciso fomentar programas e pensarmos não só na agricultura familiar, mas também na agricultura urbana - Agricultura Urbana e Periurbana – AUP, que é o programa de desenvolvimento produtivo vegetal, incluindo o cultivo, a extração e a transformação em suas mais diversas formas e locais tais como, canteiros produtivos; hortas comunitárias, e tem como outro exemplo a horta girassol, que é uma boa experiência ; a última entrega no Paranoá rotas comerciais, fontes de renda para a população dos pequenos produtores(alface, tomate, cebolinha..).

O Secretário questionou sobre a entrega de alimentos frescos da agricultura familiar e a logística dos produtores para atender a esse critério, incluindo nas compras públicas câmaras frias para ser acondicionados os vegetais colhidos. Relembrou um exemplo do que está sendo feito em “3 Conquistas”, investindo na troca de um transformador para que a Câmara fria da comunidade possa ser instalada. Ele se solidarizou com os desafios dos agricultores de não ter tempo para a família. Mencionou que o DF foi pioneiro na inauguração de 2 creches rurais do DF e favoreceu esse recurso às mães e esposas de agricultores do DF. Falou sobre demais ações de escoamento, não ver ações de forma isolada(estradas, câmaras frias, incentivo da agricultura pelo governo, entrega de sementes).

Finalizou seu discurso dizendo que acredita muito na agricultura familiar e que ela é importante ferramenta para a redução da expansão desordenada das áreas urbanas sobre as áreas rurais.

A presidente do Consea/DF agradeceu ao Secretário pelo discurso e disse que ele abordou de forma geral, passou por vários pontos, que envolvem várias secretarias. É fundamental ter conhecimento das ações do governo e o que a sociedade civil pode contribuir e questionar, disse Alba.

Jackeline Canhedo, Secretária Adjunta da Sedes, disse que iria fazer uma fala rápida: Citou a atuação do Papa DF, de forma geral os restaurantes comunitários; da compra dos insumos; precisa pensar na questão da legislação para abastecimento. Falou de uma possível parceria com o Ceasa/DF. Ela disse que está nesta reunião mais para ouvir o debate, para contribuir e avançar nas políticas sociais em relação à Sedes.

Juliane Santos, Representante da Secretaria de Educação DF, iniciou seu discurso: Ela se apresentou como nutricionista e responsável técnico “Diretora de Alimentação Escolar” e disse que vai falar como se faz as compras públicas da Agricultura Familiar e que 30% dos recursos federais precisam ser gastos com a agricultura Familiar e há também outras resoluções sobre a matéria. Menciona que todas as compras feitas são por chamamento público. Já existem várias frentes para fomentar a Agricultura Familiar, através de edital de chamamento de farinha de mandioca, ovos, mel, tilápia, reforçou Juliane. Destacou a importância do grupo gestor do DF composto por técnicos da Secretaria de Educação, Seagri e Emater. É um grupo de acompanhamento das compras públicas que surgiu em 2015 e teve um bom avanço no fomento à agricultura familiar. O Programa da Alimentação Escolar (PNAE) do FNDE é considerado um programa modelo das políticas de alimentação com 70 anos de existência.

Não existe uma competição entre os produtores e existem grupos com prioridade para fornecimento. Atualmente o programa também compra pelo PAPA/DF. Ela citou que sempre faz consulta prévia ao setor produtivo para elaborar o cardápio para alimentação escolar. Existem limites diferentes e individuais para cada produtor quando se faz compras pelo PNAE e pelo PAPA DF, disse Juliane.

A conselheira falou sobre a necessidade de atender a legislação do DF há necessidade de colocar alimentos orgânicos dentro da alimentação escolar, então foi iniciado um projeto piloto frente às dúvidas de como eles iriam atender a alimentação escolar. Existe um preço diferenciado para a compra de produtos orgânicos.

Foi feito o Lançamento do edital de 2024 no valor disponibilizado de 32 milhões de reais. Os contratos com os produtores somam R\$30 milhões de reais. Falou também sobre licitação deserta de alguns produtos(brócolis, manjericão, hortelã etc - 19 itens eram desertos, se considerados várias regiões administrativas). Foi feito chamamento público convencional, flexibilização de aquisição dos gêneros alimentícios. Exemplo: Substituição de gêneros do mesmo grupo por outro (na ausência de batata doce, pode ser entregue batata branca), o importante é o alimento chegar para ser manipulado e servido na merenda escolar.

Relatou também sobre as dificuldades dos produtores com problemas com a logística em entregar alguns gêneros como: cebolinha, coentro, hortelã. Ausência de câmaras frias para acondicionar os alimentos é um problema vivido pelos agricultores. Falou sobre os grandes gargalos do programa. Muitos itens dão desertos, pois não há interesse do produtor em fornecer aquele alimento. Não vale a pena para o produtor entregar pequenas quantidades de itens. Ele vai gastar muito mais para poder entregar do que vai receber, então esse é o grande gargalo da secretaria, disse Juliene.

Citou outros problemas como o não atendimento a critérios de limpeza dos produtos, sujeiras, animais peçonhentos; ressaltou a importância da limpeza antes de serem empregados nas escolas. Citou alguns alimentos que hoje são adquiridos da Agricultura Familiar como: feijão carioca, farinha de leite, flocada, farinha de mandioca e tem o intuito de adquirir os ovos, mel e tilápia. É preciso atender requisitos para fornecimento e muitas vezes a secretaria dá treinamentos para capacitação desses produtores para que o fornecimento/venda seja feito com qualidade. É um trabalho em conjunto com vários órgãos, explicou a conselheira.

O próximo palestrante foi Daniel Oliveira, gerente da Emater. Ele dialogou a respeito do contexto da produção de alimentos orgânicos no DF. Falou sobre a visão do programa e a respeito do “Certifica DF”. Explicou que existem 3 modalidades de certificados orgânicos. Disse que há 284 produtores que atualmente têm seus produtos certificados, falou sobre os tipos de certificados existentes. O primeiro é o de organização de controle social (OCS) e o segundo é o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) e a terceira modalidade é Certificadoras. Para adquirir a certificação um auditor vai até o produtor e aplica um questionário para ver se a produção atende aos critérios para a produção orgânica.

Daniel relatou também sobre os principais entraves: burocracias (papelada); falta de informações técnicas (acessíveis); dificuldade para acessar crédito; poucas políticas públicas diferenciadas para agricultores orgânicos. Esses documentos e alguns produtores têm dificuldade de ler e não sabem como fazer esse preenchimento. Relatou sobre as ações que a Emater/DF vem desenvolvendo com estagiários que fazem essa visita na propriedade junto a esses produtores e os ajudam no preenchimento dos formulários para adquirir o selo de orgânico.

A última apresentação deste painel foi feita pelo conselheiro da sociedade civil da entidade WWF - Abílio Vinicius. Ele falou sobre as experiências com a agricultura familiar. Produção é mais fácil, comercialização não. “A parte mais fácil da agricultura é produzir o alimento e a parte mais difícil é comercializar”, disse o conselheiro. Trouxe diálogo pertinente sobre as dificuldades enfrentadas pelos produtores que não produzem mais porque não vendem, não tem mercado. Discutiu sobre as Agroflorestas queimadas em Brasilândia e o impacto dessas queimadas que alguns produtores tiveram em suas propriedades.

Ele relatou também sobre a Emater do Distrito Federal ser um órgão modelo, uma das melhores Emater que existe. Sugeriu sobre o Distrito Federal ser a capital da agroecologia, porque aqui tem tudo, todos os recursos para que isso aconteça. Aqui tem Embrapa, UNB e Emater. Porém, precisa de mais fomento e vontade política para que isso aconteça. Discutiu a respeito do Pladapo, que é um instrumento, um plano. Os produtores não comem o que produz devido à quantidade de agrotóxico que é usado e ressaltou a importância de melhorar as políticas públicas para fomentar e ajudar os produtores ascender na agricultura familiar. Falou sobre diferentes hortas tidas pelos produtores. Deu exemplo: a horta de onde ele produz e vende o alimento é diferente da horta de onde ele produz e tem o alimento para consumo próprio. Desta forma, Abílio sugere que esta realidade precisa ser mudada.

Encerramento dos discursos e início do debate: A presidente Albaneide agradeceu a todos os palestrantes e fez proposta para chamar o CAE Conselho de Alimentação Escolar para a outras plenárias e direcionar perguntas, discutir os assuntos do PNAE, dizendo que é tema muito pertinente, relação direta entre educação e saúde. Sugeriu ainda que as próximas plenárias fossem em formato de seminário para terem mais tempo para os convidados. Juliene concordou com a proposta e aceitou discutir o programa na plenária em Janeiro de 2025, entre final de janeiro e fevereiro. Albaneide direcionou as perguntas para o Secretário da Seagri: Foi perguntado sobre as questões dos editais em relação à produção orgânica, acesso a alimentos de qualidade, orçamento para 2025, fomento à agricultura familiar, fomento agricultura familiar orgânica e agroecologia, instrumento para residências cooperativas e quanto efetivamente está orçado para fomentar as cooperativas.

O Secretário respondeu sobre as ações que já vêm sendo desenvolvidas: incentivo à fruticultura, doação de

mudas ,corretivos e adubos para reconstruir a microbiologia do solo. Questionou sobre as intensas queimadas que teve no ano em questão. Rafael respondeu que parte do orçamento vem de emendas parlamentares federais. Há também emendas distritais e orçamento próprio do órgão. O Secretário reforçou que as Associações participantes precisam ser sem fins lucrativos, para evitar sonegar impostos. Rafael dialoga sobre o fomento e investimento em feiras fixas. O PAA tem incentivo para quem é orgânico. Falou também que boa parte do produto entregue na merenda é agroecológico, mas ele é visto como tradicional. Existe uma emenda de bancada do DF em que o foco é a agricultura familiar do DF que permeia por várias áreas. Falou sobre a importância dos canais de comercialização do DF.

Jaime Conrado da entidade Cáritas disse que está feliz que o Consea/DF esteja investindo neste tipo de diálogo. Dentro da programação de 2025, como dá para encaixar algumas revitalizações de feiras livres? O Secretário da Seagri disse que acredita em circuitos rápidos de comercialização, as chamadas feiras, e que a Emater está trabalhando com o fomento das feiras livres e móveis. O governador pediu que se investissem em feiras técnicas e temáticas.

Beatriz Blackman, conselheira da OPSAN, perguntou ao secretário Rafael Borges a respeito do apoio à agricultura familiar na perspectiva de garantia da segurança alimentar e entrega de cestas verdes. Como a Seagri apoia a questão do combate à fome no DF? O Secretário reforçou a questão das feiras livres fixas e falou sobre os desafios em feiras abertas, chuva/tempo e Seagri faz chamamento e operacionalização do processo de disponibilização de veículos. O produtor que trabalha com leite pode solicitar locais de implementação de equipamentos públicos. Logística precisa melhorar as câmaras frias para guardar os alimentos colhidos. 189 famílias receberam sementes doadas. E está pensando em como irá fazer isso, pensando na logística, irão levar veículos com cargas até a comunidade.

Abílio, conselheiro da WWF fez uma pergunta para o secretário Rafael: Secretário, o senhor assume o compromisso em colocar o “pladapo” para rodar? O Secretário elogiou a estrutura do instrumento do plano e tem interesse em fortalecer a parte orgânica, fase de transição e incentivar sua efetivação.

A Presidente Alba propôs que os conselheiros discutam o plano orçamentário para 2026. A próxima plenária irá acontecer no dia 28/11 no formato remoto; e a outra para dia 05/12 para isso será feita uma enquete no grupo para ver a disponibilidade dos conselheiros. Alba pediu à Jackeline Canhedo que a PLOA antes de ir a CLDF passe primeiro pelo CONSEA/DF, em assuntos relacionados a SAN. Após o Debate sobre Políticas de Agricultura Familiar no Distrito Federal e sua relação com a Segurança Alimentar e Nutricional iniciou-se o coffee break.

Ficou decidido que a reunião do dia 28/11 será sobre o IV PDSAN. Lidiane falou que o PDSAN está em fase da consulta pública para que qualquer ação possa ser feita.

Karla Lisboa - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) iniciou a sua apresentação sobre o Programa Cozinhas Solidárias. Dialogou sobre a importância de fortalecer as Cozinhas Solidárias, estas que foram instituídas em 2023 pela lei 14.628 e decreto 11.937 em 2024 com o objetivo combater a insegurança alimentar e nutricional. O programa tem base populacional não estatal estruturada. A representante do MDS descreveu o Programa Cozinha Solidária: “tecnologia social de combate à insegurança alimentar e nutricional, de base popular, não estatal, estruturada pela comunidade local, por meio de seus coletivos, seus movimentos sociais e suas organizações da sociedade civil, com a finalidade de produção e oferta de refeições adequadas e saudáveis, preferencialmente para pessoas em vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua, com o apoio à comunidade por meio de outras atividades de interesse coletivo”. Karla explicou que elas são geridas pela sociedade civil, as cozinhas solidárias ganharam importância durante a pandemia de covid-19, fornecendo alimentos gratuitos em um cenário de profunda crise socioeconômica. As ações foram direcionadas às experiências locais de abastecimento e oferta de refeições que atendem pessoas e famílias em vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, respeitando assim o Direito Humano à Alimentação Adequada. Karla ressaltou um ponto muito importante do programa que é há oferta de cursos, rodas de conversa, de alimentação, programa de aquisição de alimentos. Apoio à formação de colaboradores reforçou que este é um dos pontos fortes destas ações.

karla ainda destacou a diferença entre Cozinha Solidária e Cozinha Comunitária. Esta é uma iniciativa da sociedade civil e estruturada pela comunidade local, que recebe doações de alimentos de parceiros e doadores individuais. A representante do MDS descreveu o Programa Cozinha Comunitária: “equipamento público de segurança alimentar e nutricional, financiado com recursos públicos, que tem por

objetivo produzir e disponibilizar, de forma gratuita ou a baixo custo, refeições adequadas e saudáveis, prioritariamente para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e de insegurança alimentar e nutricional indicadas pela assistência social.”

Karla explicou que o MDS apoia 3 Modalidades de Implementação do Programa Cozinha Solidária:

1. Apoio à oferta de refeições - Auxílio para cobrir despesas de custeio, pessoal, manutenção e demais investimentos;
2. Fornecimento de alimentos - Alimentos in natura e minimamente processados entregues diretamente pelo PAA;
3. Apoio à formação de colaboradores- Projetos de capacitação para o aprimoramento do funcionamento das Cozinhas Solidárias;

Karla Lisboa fez a explicação de cada modalidade de Cozinhas Solidárias e mencionou que há 897 Cozinhas Habilitadas e assim estas podem se associar a uma entidade gestora. Mostrou um panorama geral das Cozinhas Solidárias no Brasil e mencionou que no DF há 17 Cozinhas Solidárias Habilitadas. Falou sobre a participação dos Conselhos no Programa Cozinha Solidária, que são instâncias de controle e participação social do Programa Cozinha Solidária, os Conseas de âmbito nacional, estadual, distrital e municipal. Descreveu as atividades de acompanhamento e controle Programa Cozinha Solidária: Articular, acompanhar e monitorar, em colaboração com a CAISAN local, a implementação do Programa Cozinha Solidária em convergência com outros equipamentos de SAN (Banco de alimentos; PAA; Hortas Comunitárias) – exemplo Estratégia Alimenta Cidades; receber denúncias e encaminhá-las ao gestor do Programa Cozinha Solidária e outras atividades citadas.

Com a implementação do Programa Cozinha Solidária, essas iniciativas poderão receber uma ajuda de custo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que passa a abraçar as iniciativas com apoio à manutenção da cozinha e ao fornecimento de alimentos. Karla terminou a sua apresentação falando sobre o site em que há perguntas e respostas e pesquisa sobre a legislação, webinários, entidades credenciadas, toda parte documental do programa. Karla esclareceu algumas dúvidas postas pela plenária e terminou o seu discurso.

Na parte de informes, a presidente do Consea/DF leu sobre a substituição de conselheiros, conforme abaixo:

DISPENSAR RODRIGO GOES MOREIRA da função de Membro Titular do Consea/DF na qualidade de representante do Colégio Mão Amiga João Paulo II. DESIGNAR ANDRÉ SANTOS PIRES CARREIRA para exercer a função de Membro Titular do Consea/DF na qualidade de representante do Colégio Mão Amiga João Paulo II. DISPENSAR ANDRÉ SANTOS PIRES CARREIRA da função de Membro Suplente do Consea/DF na qualidade de representante do Colégio Mão Amiga João Paulo II. DESIGNAR ADRIANA DA SILVA RODRIGUES MEDEIROS para exercer a função de Membro Suplente do Consea/DF na qualidade de representante do Colégio Mão Amiga João Paulo II. DISPENSAR EDINALDO DE ALMEIDA DA SILVA da função de Membro Suplente do Consea/DF na qualidade de representante da Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV). DESIGNAR HELENA RITA PEREIRA para exercer a função de Membro Suplente do Consea/DF na qualidade de representante da Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV). DISPENSAR THATIANNY ALVES DE L. SILVA da função de Membro Suplente do Consea/DF na qualidade de representante da Associação Vida Inteira DESIGNAR : RAÍSSA FELIPPE DE TOLEDO LEITE para exercer a função de Membro Suplente do Consea/DF na qualidade de representante da Associação Vida Inteira.

A Secretária Executiva da CAISAN falou sobre a consulta pública a respeito do IV PDSAN, que estará aberta até dia 07/11 para que sejam feitas contribuições sobre os eixos propostos e ações prioritárias recebidas pelo Consea/DF. Lidiane explicou que no dia 28/11, na plenária, será um momento de apreciação do resultado da conferência/ da consulta pública. No dia 05 ou 06 de dezembro haverá uma agenda de discussão para assinatura do plano.

Encaminhamentos:

- Convidar algum representante do PNAE para que ele esclarecesse algumas dúvidas. Sugeriu a realização de uma plenária específica para tratar assuntos sobre a Educação.

- Realização de uma plenária em janeiro e a outra em fevereiro, tendo em vista que o mandato da presidente vai até abril de 2025.
- Reunião Plenária sobre IV PDSAN agendada para o 28-11-2024.

Sem mais nada a relatar, a Plenária foi encerrada às 18:40h pela Presidente do Consea/DF.



Documento assinado eletronicamente por **ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO, Usuário Externo**, em 16/01/2025, às 11:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CINTIA CASTRO DE PAULA - Matr.0284979-8, Secretário(a) do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal**, em 16/01/2025, às 21:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=157315680)
verificador= **157315680** código CRC= **862DDD4E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Sia Trecho 8 Lote 275 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3773-7186
Sítio - www.sedes.df.gov.br